



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?

[Kamila Pagel de Oliveira](#)
[Gabriel Maggi Vieira](#)
[Luana de Castro Lopes](#)
[Mariana Marcatto do Carmo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009031

CAPÍTULO 2 26

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

[Izabelle Maria Santos Cária](#)
[Marconi Martins de Laia](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009032

CAPÍTULO 3 39

A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

[Sidiane dos Santos Alvaristo](#)
[Tiago Luiz Pereira](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009033

CAPÍTULO 4 46

CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015

[Luciene de Souza Borges](#)
[Ricardo Neves Borges](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009034

CAPÍTULO 5 59

VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ

[Ingrid Gomes Bassi](#)
[Mateus Paixão Cardoso](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009035

CAPÍTULO 6 63

O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL

[Joelmara Furtado dos Santos Pereira](#)
[Evandro Costa Pereira](#)
[Janaína Arruda Aragão](#)
[Samara Letícia Mendonça Pereira](#)
[Franco Celso da Silva Gomes](#)
[Luzinete Pontes Brandão](#)
[Loysianne Nascimento Araújo Lopes](#)
[Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes](#)
[Rafaela Duailibe Soares](#)

Francisca Bruna Arruda Aragão
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

CAPÍTULO 7 72

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

CAPÍTULO 8 86

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

CAPÍTULO 9 100

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

CAPÍTULO 10 113

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

CAPÍTULO 11 123

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano
Nelson José Thesing
Patrícia Luiza Schuh
Dieter Siedenberg
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

CAPÍTULO 12 138

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

CAPÍTULO 13 147

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida
Fabiana Aldaci Lanke
Milton Leonardo Jardim de Souza
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313

CAPÍTULO 14	160
DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR	
Vanuza Pires da Costa Leila Rufino Barcelos Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso Dhenize Maria Franco Dias Danilo Bezerra de Castro Bruno Vinícius Nascimento Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.38620090314	
CAPÍTULO 15	172
LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010	
Maíra Bogo Bruno Candida Dettenborn Rômulo de Moraes e Oliveira Raphael Lemes Elias Alessandro de Paula Canedo Aloisio Alencar Bolwerk	
DOI 10.22533/at.ed.38620090315	
CAPÍTULO 16	181
LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD	
Gustavo Andrés Cano Cadavid	
DOI 10.22533/at.ed.38620090316	
CAPÍTULO 17	194
SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
Tarcísio Germano de Lemos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.38620090317	
CAPÍTULO 18	215
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO	
Juliana Campos Lopes Jacques Demajorovic	
DOI 10.22533/at.ed.38620090318	
CAPÍTULO 19	228
GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA	
Fernando Arcila Castellanos	
DOI 10.22533/at.ed.38620090319	
CAPÍTULO 20	239
ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO	

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

CAPÍTULO 21 260

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

CAPÍTULO 22 271

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

CAPÍTULO 23 293

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 24 302

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

CAPÍTULO 25 316

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

CAPÍTULO 26 322

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM

MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

CAPÍTULO 27 328

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

CAPÍTULO 28 346

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

CAPÍTULO 29 359

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

SOBRE A ORGANIZADORA..... 369

ÍNDICE REMISSIVO 370

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Data de aceite: 20/02/2020

Pedro Luís Büttenbender

UNIJUÍ/DACEC

Santa Rosa/RS

Ariosto Sparemberger

UNIJUÍ/DACEC

Santa Rosa/RS

Matheus Nonnemacher Büttenbender

UNIJUÍ/ LIC. LETRAS-INGLÊS

Ijuí/RS

Bruno Nonnemacher Büttenbender

UNIVATES/PPGAD

Giovana Fernandes Writzl

UNIJUÍ/BIC/ADMINISTRAÇÃO

Santa Rosa/RS

Alceu Van Der Sand

UNIJUÍ/PPGDR

Ijuí/RS

Resultados do Projeto de Pesquisa sobre as organizações cooperativas do noroeste gaúcho, direcionado ao fortalecimento, sustentabilidade e inovação do cooperativismo e suas contribuições para o desenvolvimento regional, Unijuí, apoiado pelo Sescop e Cooperativas e integrando a Rede Internacional de Pesquisadores em Cooperativismo, Administração e Desenvolvimento.

RESUMO: Este artigo aborda o cooperativismo, a administração e o desenvolvimento a partir da perspectiva das ciências sociais aplicadas através do qual esta abordagem

tem ampliada a sua importância e relevância frente aos avanços das organizações com esta tipologia organizacional no âmbito dos seus aportes ao desenvolvimento. Portanto o objetivo deste artigo explora os fundamentos das dimensões do cooperativismo, processos de administração, governança cooperativa e seus aportes a dinâmica do desenvolvimento de territórios, orientados pelos desafios e prioridades assumidos pelo cooperativismo para a sua sustentabilidade futura. Os objetivos específicos delimitados em: a) fundamentar e delimitar conceitualmente o cooperativismo e a tipologia das organizações cooperativas; b) dimensionar quantitativa e qualitativamente as organizações cooperativismo nos âmbitos estadual e nacional e algumas dimensões internacionais; c) mapear e descrever prioridades assumidas pelo cooperativismo através de órgãos de representação e organismos de pesquisa, fomento e apoio; d) indicar proposições estratégicas que contribuam com o desenvolvimento do cooperativismo, sua sustentabilidade futura e ampliando seus aportes aos processos de desenvolvimento humano e territorial. A pesquisa metodologicamente é fundamentada quanto aos fins como estudo exploratório, descritivo e de campo, e quanto aos meios, de natureza

quali-quantitativa, bibliográfica, documental e participante. A análise e sistematização dos dados foi orientada pelos fundamentos conceituais, conteúdos coletados e os objetivos delimitados na pesquisa. O cooperativismo, pela sua própria natureza e funcionamento, fundamentos, princípios, valores, crenças, legislação e segmentos, se constitui em movimento, estratégia, instrumento e estrutura de promoção da inclusão social e econômica, tem investido na qualificação de seus quadros dirigentes e de gestão, aprimorado as tecnologias e métodos de gestão e governança com vistas a sustentabilidade, e, por fim, está ampliando seus aportes na promoção da inclusão, da justiça social, da democracia, da participação e da agregação de valor econômico e social aos seus membros e a promoção do desenvolvimento territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo. Administração. Governança Cooperativa. Desenvolvimento. Sustentabilidade.

A STUDY ON COOPERATIVISM, ADMINISTRATION, COOPERATIVE GOVERNANCE AND DEVELOPMENT: CHALLENGES AND PRIORITIES FOR FUTURE SUSTAINABILITY.

ABSTRACT: This article approaches the cooperativism, governance and development from the perspective of the applied social sciences through which this approach has expanded its importance and relevance in the face of the advances of the organizations with such organizational typology on the scope of their contributions to development. Therefore, the aim of this paper explores the fundamentals of the dimensions of cooperativism, its management processes, cooperative governance and its contributions to the dynamics of territory development, guided by the challenges and priorities assumed by cooperativism for its future sustainability. The specific objectives are defined as: a) Fundamentally and conceptually delimiting the cooperativism and the typology of cooperative organizations; b) Quantify quantitatively and qualitatively the cooperative organizations at the state and national levels and some international dimensions; c) map and describe priorities assumed by cooperativism through representative bodies and research, promotion and support agencies; d) indicate strategic propositions that contribute to the development of cooperativism, its future sustainability and expanding its contributions to the process of human and territorial development. The research methodologically is based on the ends as exploratory, descriptive and field study, and on the means, qualitative and quantitative, bibliographical, documentary and participant. The analysis and systematization of the data was guided by the conceptual foundations, collected contents and the objectives defined in the research. Cooperativism, by its very nature and functioning, foundations, principles, values, beliefs, legislation and segments, is constituted in movement, strategy, instrument and structure of promotion of social and economic inclusion, it has invested in the qualification of its leaders and of management, improved management and governance technologies and methods

for sustainability, and, finally, is expanding its contribution to promoting inclusion, social justice, democracy, participation and the addition of economic and social value to its members, and the promotion of territorial development.

KEYWORDS: Cooperativism. Management. Cooperative Governance. Development. Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

O cooperativismo está vivenciando novas dinâmicas no âmbito da governança, sustentabilidade, resultados e alavancando o desenvolvimento econômico e social dos seus membros e das regiões onde atua. Sem deixar de vivenciar, reconhecer e investir na superação dos seus desafios atuais e futuros, o cooperativismo cresce e se fortalece. Visto e reconhecido como sistema, estratégica, movimento, organização, sociedade de pessoas, organizações jurídicas com objetivos que são mais amplos que apenas gerar lucros e promover a reprodução e acumulação do capital.

O cooperativismo, a administração, a governança cooperativa e o desenvolvimento, com publicações que exploram os temas especificamente, como em Büttenbender (2010a, 2010b, 2011, 2017), Büttenbender e outros (2017a e 2017b), trabalhos realizados isoladamente, específicos são os projetos que buscam explorar de forma combinada, integrada e inter-relacionada estes temas. As abordagens são disciplinares abrangendo áreas do conhecimento como humanas, políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e da gestão. Porém, agrega-se a relevância de abordagens inter e transdisciplinares, permitindo um entendimento multidisciplinar, demonstrando que o cooperativismo é mecanismo promotor da inclusão social, da igualdade e equidade humana, da democracia, da justiça social, da solidariedade, da ajuda mútua, do empreendedorismo coletivo e da promoção do desenvolvimento dos seus membros e da sociedade.

O cooperativismo tem se apresentado, na sociedade pós-moderna, como uma forma inovadora de organização social e econômica, gerando oportunidades de trabalho e geração de renda, promovendo a distribuição mais igualitária e equitativa do poder e da renda. Tem assumido formas e papéis cada vez mais importantes e decisivos, inclusive nos ambientes e períodos de crise. Enquanto organização de pessoas, e não de capital, a cooperativa tem nas dimensões sociais e econômicas uma de suas referências de organização. Com suas raízes vinculadas aos primórdios da própria organização humana, sua sobrevivência, fortalecimento e o seu desenvolvimento do cooperativismo ao longo do tempo tem protagonizado enquanto sistema, a coordenação e implantação de políticas públicas e/ou privadas, assumindo profundas interfaces com o desenvolvimento

dos estados-nação e outros dimensionamentos geograficamente multiescalares e/ou subnacionais, constituindo-se uma dinâmica de governança cooperativa para o desenvolvimento territorial.

O objetivo deste artigo explora os fundamentos das dimensões do cooperativismo, seus processos de administração e seus aportes a dinâmica do desenvolvimento de territórios, orientados pelos desafios e prioridades assumidos pelo cooperativismo para a sua sustentabilidade futura. Os objetivos específicos delimitados em: a) fundamentar e delimitar conceitualmente o cooperativismo e a tipologia das organizações cooperativas; b) dimensionar quantitativa e qualitativamente as organizações cooperativismo nos âmbitos estadual e nacional e algumas dimensões internacionais; c) mapear e descrever prioridades assumidas pelo cooperativismo através de órgãos de representação e organismos de pesquisa, fomento e apoio; d) indicar proposições estratégicas que contribuam com o desenvolvimento do cooperativismo, sua sustentabilidade futura e ampliando seus aportes aos processos de desenvolvimento humano e territorial.

Em termos metodológicos esta pesquisa é fundamentada quanto aos fins como estudo exploratório, descritivo e de campo, e quanto aos meios, de natureza quali-quantitativa, bibliográfica, documental e participante. A análise e sistematização dos dados foi orientada pelos fundamentos conceituais, conteúdos coletados e os objetivos delimitados na pesquisa, integrando os dados coletados em fontes primárias e secundárias. Desta forma o presente artigo se estrutura no detalhamento dos procedimentos metodológicos, na apresentação dos resultados da pesquisa, das considerações finais e das referências bibliográficas.

2 | METODOLOGIA

Em termos metodológicos, o estudo é fundamentado quanto aos fins como estudo exploratório, descritivo e de campo. Quanto aos meios, de natureza quali-quantitativa, bibliográfica, documental e participante (LAKATOS, MARCONI, 2003 e YIN, 2005).

A coleta dos dados foi realizada com o levantamento das informados, dados e diagnósticos no âmbito das fontes primárias e secundárias. Nas fontes primárias foram considerados o levantamento de informações e dados junto às cooperativas e seus órgãos de representação, destacando SESCOOP/RS, OCB, UNICAFES Nacional e UNICAFES RS, Federações de representação cooperativa, cooperativas singulares e cooperativas de segundo grau. Foram consideradas entrevistas com agentes e lideranças cooperativas, utilizando-se instrumentos semiestruturados em conformidade com os objetivos da pesquisa. A observação direta, na condição

dos pesquisadores serem membros de cooperativa e com intensa participação no sistema. Quanto aos dados secundários foram mapeados junto a relatórios, bibliografias e documentos públicos e outros de posse do sistema cooperativo. A sistematização e análise dos dados foi orientada pelos fundamentos conceituais, conteúdos coletados e os objetivos delimitados na pesquisa.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cooperativismo, e singularmente uma cooperativa, requiere ser entendido e fundamentado de forma própria e diferenciada pela sua natureza, princípios e objetivos. O cooperativismo é fundamentado por Schneider (1999) como uma doutrina, um sistema, um movimento ou, simplesmente, uma atividade que considera as cooperativas como forma ideal de organização da humanidade, baseado na economia solidária, democracia, participação, direitos e deveres iguais para todos, sem discriminação de qualquer natureza, para todos os sócios.

Uma cooperativa é delimitada conceitualmente, de acordo com Schmidt e Perius (2003), como uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais, através de uma empresa coletiva e democraticamente constituída. Já Büttenbender (1994) cunhou que cooperativa é uma união voluntária de pessoas com a finalidade de satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido.

Com constituição e funcionamento regidos através de legislação própria, a Lei 5764 de 1971 (BRASIL, 2019) e com a autonomia de constituição e funcionamento reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016). As cooperativas são orientadas através de princípios próprios como: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade. Como valores constam: ajuda mútua; responsabilidade própria; democracia; igualdade; igualdade e equidade; e solidariedade.

As cooperativas diferenciam-se das demais organizações, pois são organizações de pessoas juridicamente constituídas por pessoas e não por capitais econômicos. Possuem a gestão democrática, pois cada membro tem direito a um voto independente da sua participação econômica. São abertas a novos sócios e suas cotas-partes são intransferíveis a terceiros. Os resultados retornam aos seus sócios de forma proporcional às operações na cooperativa. Sem finalidade de lucro, possuem compromisso educativo, econômico e com a sociedade. Esta diferença

fundamenta e resulta no Ato Cooperativo que conforme o art. 79 da Lei nº5.764/71 (BRASIL, 2019) é aquele praticado entre a cooperativa e seus associados, entre os associados e a cooperativa e por cooperativas associadas entre si, com vistas ao atendimento de suas finalidades sociais.

O cooperativismo apresenta uma trajetória histórico-evolutiva orientada por diversos ciclos históricos, e com características próprias nas esferas estadual, nacional e internacional. Com distintos registros e fundamentos a história, com as mais destacadas referências ao cooperativismo moderno, cunhado nos meados do século XIX. Porém, tem suas raízes mais fundantes, a gênese indica os primórdios da própria organização humana. Desde a antiguidade, hasta os dias atuais, várias referências históricas, desde o início da era cristã, passando pelas antigas civilizações gregas, egípcias e romanas, passando inclusive pelos fundamentos de organização das reduções jesuítico-guaranis nas Américas. As estas que fundamentam as origens do cooperativismo na América Latina, conforme o Padre Jesuíta Rafael Carbonell de Masy (MASY, 1992). O detalhamento destes registros históricos são sistematizados em Büttgenbender e Magri (2018) e Büttgenbender, Rotta e Höfler (2010). O cooperativismo moderno, referenciado pelas origens rochdaleanas de 1944 são precursoras do cooperativismo com as características atualmente preponderantes.

A sua progressiva presença e expansão no mundo e nos territórios nacional e do RS se deram ao longo do século XX. O maior crescimento, expansão e empoderamento, enquanto sistema econômico e social, com a devida autonomia e independência, foram a partir da década de 1990, avançando nos seus vários ramos, em especial, crescendo para as áreas urbanas, que até então a área agrícola foi a determinante. Foi também nesse período que foram se constituindo as cooperativas vinculadas diretamente a economia solidária e a agricultura familiar. Este sistema articulando-se progressivamente em entidades de organização e representação estadual e nacional, concomitantemente ao exclusivo sistema oficial anterior, representado pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

3.1 Expressões quantitativas do cooperativismo

O cooperativismo no Mundo é articulado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2019a). Criada em 1895 a ACI representa o cooperativismo presente em 156 países, com 2,9 milhões de cooperativas, 1,2 bilhão de associados e 27,2 milhões de empregos. As 300 maiores organizações cooperativas do mundo operam em diferentes setores como seguros (32%), agricultura (35%), atacado e varejo (19%), crédito (8%), indústria e serviços públicos (2%), saúde, educação e assistência social (2%) e outros serviços (2%), somando um faturamento anual superior a 2,1 trilhões de dólares. No âmbito mundial são: mais de 1,2 milhão de cooperativas do

ramo agropecuário; as cooperativas de consumo, atacado e varejo, possuem 421 mil escritórios e pontos de venda; as cooperativas de trabalho geram oportunidade para mais de 11,1 milhões de cooperados.

Já na América Latina, o cooperativismo também possui intensa e crescente participação e representação social e econômica. De acordo com o OIBESCOOP (ALVAREZ E OUTROS, 2018) que oferece uma visão geral do cooperativismo e da economia social na América Latina, abordando aspectos da legislação da economia social, políticas públicas de emprego e empreendedorismo, organizações de integração e representação, estudos e pesquisas e boas práticas cooperativas.

No âmbito brasileiro, ao mapear as estatísticas institucionais vinculadas ao sistema OCB, e agregar também dados do cooperativismo da economia e interação solidária, são confirmados a importante e qualificada participação do cooperativismo no desenvolvimento econômico, social e de inclusão social. Com suas origens e maior participação nas regiões sul e sudeste brasileiro, o cooperativismo segundo a OCB (2019a), em 2018 foram mais de 6,8 mil cooperativas, 14,2 milhões de associados e 398 mil empregos. Em termos de comércio exterior, são mais de 125 cooperativas que possuem ativa e contínua atuação na exportação e/ou importação e são de ramos variados. Não estão considerados os volumes de operações em comércio exterior e em termos de estados, o RS possui o maior número de cooperativas com operações internacionais, seguidas do PR com 20, SP com 16, MG com 16 e SC com 14. Em 2010, eram cerca de 6.652 cooperativas e em 2018 são 6.828 entidades no país que geraram, juntas, mais de R\$ 260 bilhões.

No RS, de acordo com o Sistema Ocergs-Sescoop/RS (2019), no ano de 2018 o cooperativismo possuía mais de 2,9 milhões de associados, mais de 450 cooperativas e mais de 64 mil empregados. Aumentaram em mais de 12% os ingressos (faturamento), 18% as sobras, 12% o patrimônio líquido e 7% os ativos.

Estes dados devem ser compreendidos no âmbito dos demais sistemas cooperativos, vinculados a economia solidária. As cooperativas dos ramos agrícola, crédito, habitação, trabalho, consumo e outros, somam mais de 1,5 milhão de brasileiros cooperados. São mais de 400 cooperativas, de pequeno porte em sua maioria (UNICAFES, 2018). O Cooperativismo de Crédito de Interação Solidária, composto pela Sistema Cresol e nacionalmente representado pela Confederação Cresol, se constitui no maior sistema de cooperativas de crédito rural solidário do Brasil. Iniciado no ano de 1995, o Sistema Cresol se desafiou a ser e fazer a diferença, sendo reconhecido como referência nacional e internacional em crédito solidário, sendo a maior cooperativa do segmento do Brasil, com mais de 200 mil famílias cooperadas em dez estados brasileiros (CRESOL, 2019).

As cooperativas da economia solidária, formadas a partir da liberdade constitucional de 1988, expressa pela autonomia de constituição e funcionamento,

passaram a constituir um sistema próprio. Este formado por cooperativas singulares, centrais, federações e confederações. Entre as principais organizações de representação nacional estão a UNICAFES – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária e a Confederação das Cooperativas de Crédito de Interação Solidária, Confederação Cresol.

3.2 Prioridades do cooperativismo em suas diferentes expressões de organização:

O conjunto de prioridades que vem sendo definidas e assumidas pelo cooperativismo, tanto nas esferas nacional, quanto internacional, convergem com temas vinculados a garantia dos princípios cooperativos, a gestão e governança, a sustentabilidade do planeta e a convergência com as definições dos objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS.

A Aliança Cooperativa Internacional – ACI Américas, em sua V Cumbre Cooperativa das Américas, em 2018, Buenos Aires, Argentina, definiu em sua declaração as prioridades orientadas pelos desafios globais do cooperativismo (ACI-Américas, 2018). Neste documento, minuciosamente detalhado, se destacam:

1. Compromisso Cooperativo para a Defesa do Planeta, que multiplica e adiciona inteligência global a todas as iniciativas que estão sendo desenvolvidas de uma economia social e solidária para a construção de novas formas de produzir e consumir, que garantam a sustentabilidade ambiental, social e econômico;
2. Compromisso cooperativo para inclusão e democratização financeira, para que a poupança local se traduza em desenvolvimento local sustentável, visando definir uma nova arquitetura financeira global que preserve as autonomias nacionais e democratize a governança sistema financeiro internacional;
3. Compromisso de integração e intercooperação cooperativa para contribuir com a Aliança Mundial pelo Desenvolvimento Sustentável. (ODS No. 17), onde o movimento cooperativo em conjunto com os demais atores da economia social e solidaria seja capaz de traduzir a cooperação internacional em projetos produtivos de desenvolvimento sustentável que façam possível o cumprimento da Agenda 2030.

Na ótica da cooperação internacional do cooperativismo, contando inclusive com a cooperação técnica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (2019), também delimita suas prioridades. Destacam-se: desenvolver ações conjuntas em áreas como o desenvolvimento produtivo baseado em cadeias de bioeconomia; a formulação de políticas e programas de desenvolvimento territorial e agricultura familiar; a promoção do comércio agroalimentar, a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e ações ligadas ao gênero e à juventude. Estas definições convergem com as definições dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

de nº 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; nº 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; e nº 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O XIV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília/DF, de 08 a 10.05.2019, definiu 6 agrupamentos de prioridades estratégicas para sistema cooperativo brasileiro, representado pela OCB (2019b). Neste documento são definidas seguintes prioridades e respectivas diretrizes estratégicas:

1. Comunicação: Ampliar o alcance de programas que trabalham conceitos de cooperativismo e cooperação nas escolas, como o Cooperjovem e cooperativas mirins; Criação de uma campanha nacional de comunicação para estimular o papel das cooperativas escolares (mirins ou de alunos) na promoção do cooperativismo; Divulgar o cooperativismo brasileiro e seus benefícios por meio de estratégias e ferramentas de comunicação, como mídia convencional, plataformas digitais, entre outras.
2. Governança e gestão: Adotar sistema de qualificação em gestão “à distância” ou semipresencial para todos os gestores de cooperativas, em parceria com instituições de ensino reconhecidas e qualificadas; Definir grade curricular mínima de capacitação para certificação de conselheiros, bem como, definir ferramentas para avaliação de sua performance; Estabelecer em estatuto social a capacitação obrigatória dos candidatos à conselheiros e dirigentes; Identificar e promover boas práticas de governança e gestão em cooperativas de todos os setores e portes; Implementar mecanismos de governança cooperativa para relacionamento com os cooperados, como a Organização do Quadro Social, a educação cooperativista e a fidelização; Incentivar a capacitação de jovens sucessores para propiciar que estejam aptos a ocuparem cargos eletivos nas suas cooperativas; e Promover a importância do processo de sucessão nas cooperativas.
3. Inovação: Criar um canal e-commerce para compras entre as cooperativas; Desenvolver programa de capacitação em inovação para conselheiros, dirigentes e colaboradores do Sistema OCB e das cooperativas; Incentivar startups e aceleradoras a desenvolver soluções para o cooperativismo; e Promover a intercooperação para o compartilhamento e acesso a novas tecnologias.
4. Intercooperação: Atuar sobre a legislação para facilitar a intercooperação viabilizando o ato cooperativo; Criar mecanismos de comunicação para facilitar a troca de informações entre cooperativas do mesmo ramo e ramos diferentes; Elaborar programa de intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre cooperativas; Instaurar fórum permanente de intercooperação no Sistema OCB; e Promover negócios entre as cooperativas por meio de feiras, eventos e plataformas digitais.
5. Mercado: Adequar, aprimorar ou criar linhas de crédito adequadas para todos os segmentos do cooperativismo, sem interromper as atuais políticas de fomento ao modelo de negócio cooperativista; Criar e regulamentar instrumentos de capitalização e captação de investimentos pelas cooperativas, analisados por ramo; Fomentar a inserção de cooperativas no e-commerce; Obter o reconhecimento dos órgãos que contratam, bem como daqueles que fiscalizam os processos licitatórios, da possibilidade de

participação de cooperativas em contratações públicas de bens e serviços, conforme previsto na legislação vigente (Lei 8.666/1993 e Lei 12.690/2012); Realizar parcerias entre cooperativas ou com terceiros para investimentos em logística, transporte, produção de insumos, terminais de distribuição de produtos e exportação.

6. Representação: Ampliar a participação do cooperativismo em conselhos nacionais, estaduais e municipais de interesse; Ampliar os canais de comunicação entre o Sistema OCB e as lideranças cooperativas; Criar selo de qualidade para as cooperativas brasileiras; Atuar junto ao Executivo para inserir na educação brasileira temas de cooperativismo e empreendedorismo coletivo; Regulamentar o art. 79, da Lei 5.764/1971, inserindo imunidade tributária às cooperativas com base nas instituições sem fins lucrativos; Tornar o Sescoop o centro de referência do cooperativismo, defender seus recursos e combater as iniciativas do governo e do Legislativo de estatização ou realocação dos recursos; e outros.

No âmbito do sistema cooperativo de economia solidária e agricultura familiar, agregam-se prioridades para o cooperativismo brasileiro, fundamentados pelos seus mecanismos de representação. Para a UNICAFES (2018), as prioridades para o sistema são assim relacionadas e discriminadas:

1. Novos cenários: Leitura dos novos cenários econômicos, político e institucionais brasileiros, marcados pela instabilidade e crise política, econômica, moral e ética. Estes combinados com cenários externos, e no conjunto, a análise de influências, oportunidades, ameaças e desafios, construindo perspectivas de futuro para as políticas e organizações da economia solidária e agricultura familiar. Garantir políticas públicas para economia solidária no Brasil voltadas para a autogestão na reprodução das relações sociais de produção.
2. Estratégias de representação: Delimitar e construir um modelo ideal para a representação do cooperativismo, considerando desafios da intercooperação, fusões, tamanho de cooperativas, garantindo ao associado ser sujeito ativo de participação e pertença, e viabilizando a sustentabilidade econômica e social de longo prazo.
3. Interação social e capacitação de quadros: Aprimorar os mecanismos de interação social com os sócios, as demais organizações sociais e a sociedade, combinado com a capacitação e qualificação de dirigentes, lideranças e associados, em especial sobre gestão de organizações, governança, transparência e sustentabilidade.
4. Intercooperação e verticalização: Intensificar as políticas e, programas e ações de intercooperação, gerando condições para a verticalização do sistema e investimentos em processos de agregação de valor. A verticalização, integração e uniformização de estruturas técnicas e de apoio, qualificando estas soluções e aproveitando-as de forma conjunta, destacando tecnologias, metodologias de gestão, contabilidade, controle, suporte jurídico, controle e de auditoria, gerando mais performance e segurança ao sistema cooperativo.
5. Marco legal e regulatório do cooperativismo: Buscar a revisão do marco

legal, fortalecendo a segurança do marco jurídico do cooperativismo, do Ato Cooperativo, valorizando e reconhecendo a importância das organizações da economia solidária para o desenvolvimento social e econômico do país.

6. Novos mercados: Construir maior intercooperação intra sistema, viabilizando maior agro industrialização, buscando alianças de cooperação com outras organizações da economia solidária nacionais e internacionais, visando o mercado justo, aproximando e integrando produtores, processadores e consumidores de alimentos, organizações de defesa a vida e geradoras de inclusão.
7. Inovações e comercialização: Promover processos contínuos de inovação no sistema cooperativo, desenvolvendo à luz das novas tecnologias de comunicação e relacionamento das pessoas e mercados, negócios que ampliem a participação da economia solidária na dinâmica de geração de oportunidades de trabalho e renda, produção, consumo e outras políticas sociais.
8. Desenvolvimento: Buscar a valorização e reconhecimento das economias solidárias, e suas organizações coletivas, gerando maiores impactos e aportes ao desenvolvimento social e econômico a sociedade através do cooperativismo.

As prioridades do Plano Nacional de Economia Solidária (CNES, 2015) são articuladas em 4 eixos que são: 1) produção, comercialização e consumo; 2) financiamento: crédito e finanças solidárias; 3) educação e autogestão; e 4) ambiente institucional. Este conjunto é articulado de forma convergente pela visão que define: A Economia solidária reconhecida social e politicamente como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, incluída num ambiente institucional adequado à legalização, financiamento, participação nos mercados e ao acesso às políticas públicas, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva autogestionária de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria de sua qualidade de vida.

Na dimensão estadual, no RS, o 18º Seminário Gaúcho de Cooperativismo, realizado de 08 a 09.11.2018, em Bento Gonçalves/RS, foi orientado pelo tema inovação e sustentabilidade. A partir deste foram elencadas prioridades em torno de cinco eixos (OCERGS-SESCOOP/RS, 2018), conforme se detalha:

1. Sustentabilidade: a reflexão sobre o atual comportamento das cooperativas em relação às ações voltadas à sustentabilidade. Características do cooperativismo que favorecem a sustentabilidade; oportunidades de ação; pontos de atenção. A proposição de projetos de sustentabilidade a serem conduzidos de forma conjunta ou individual pelas cooperativas participantes;
2. Energias Renováveis: a reflexão sobre o atual comportamento das cooperativas em relação às ações voltadas a energias renováveis. Características do cooperativismo que favorecem a implementação de ações para apoio, desenvolvimento ou uso de energias renováveis; oportunidades de ação; pontos de atenção.

3. Logística e rastreabilidade: reflexão sobre o atual comportamento das cooperativas em relação às ações voltadas à logística e rastreabilidade. Oportunidades de ação e pontos de atenção.
4. Tecnologia na Produção Agropecuária: o atual comportamento das cooperativas em relação às tecnologias disponíveis para produção agropecuária. Oportunidades de uso e desenvolvimento de tecnologias; necessidades e pontos de atenção. A proposição de projetos que envolvam ações para inserção de tecnologias na produção agropecuária com possibilidade de realização de forma conjunta ou individual pelas cooperativas participantes.
5. Interação Cooperativas e Startups: o atual comportamento das cooperativas em relação às startups como potenciais parceiras no desenvolvimento de negócios. Oportunidades de parceiras para uso de soluções e desenvolvimento conjunto de soluções tecnológicas; levantamento de necessidades e pontos de atenção.

Estes temas articuladores foram convergentes com as definições para os próximos passos do cooperativismo gaúcho: Despertar mais cooperativas para a necessidade de se antecipar às transformações de mercado e de inovação; Promover um ambiente favorável para o intercâmbio de experiências e do conhecimento; Promover o debate aberto sobre o contexto, tendências e oportunidades para um cooperativismo mais competitivo e sustentável; e Obter insumos relevantes para subsidiar o planejamento estratégico 2021.

Uma incursão histórica, com resgate de aportes gerados anteriormente sobre prioridades do cooperativismo, com vistas a maior integração e desenvolvimento, revela no âmbito da pesquisa e do cooperativismo a publicação de Büttgenbender (1994), que já na época cunhava elementos que continuam presentes no rol de prioridades do cooperativismo no âmbito do noroeste do RS. Nestas se destacavam há quase três décadas:

1. Promover ações que visem o trabalho integrado das cooperativas, acompanhado da descentralização política, através da organização dos associados dentro dos níveis municipais, e aproveitando a estrutura de organização das próprias associações de produtores.
2. Promover ações que visem a ação conjunta das cooperativas na organização econômica, buscando a escala e o poder de barganha, isto através da formação de central regional de cooperativas.
3. Buscar o trabalho mais integrado das cooperativas e associações com vistas à estruturação de um planejamento da produção regional, e com relações estáveis de produção, industrialização e comercialização.
4. Viabilizar a modernização empresarial das cooperativas e associações, com a adoção de modernos métodos de gestão, com vistas a gerir com eficiência e eficácia os escassos recursos dos produtores associados.
5. Estudar e viabilizar formas de ações integradas, através de cooperativas, dos associados e também dos funcionários, dentro da mesma organização.

Este acompanhado de um amplo programa de formação profissional para os produtores associados, dirigentes e funcionários.

6. Fomentar as práticas de defesa concreta dos interesses dos agricultores, com o objetivo de capitalizar e fortalecer economicamente os associados e as cooperativas.
7. Gestionar políticas que viabilizem o fortalecimento e a ação integrada da produção, do crédito, da agroindustrialização da produção, e com relações estáveis com o cooperativismo de consumo.
8. Intensificar o trabalho de conscientização sobre a importância e o potencial do cooperativismo e do associativismo, entre todos os níveis da sociedade.

Um olhar no conjunto de prioridades definidas pelo cooperativismo, em suas diferentes formas de organização e representação, e épocas, aduz para um entendimento mais amplo dos desafios do próprio cooperativismo. É crível e notável o papel crescente do cooperativismo como agente de desenvolvimento econômico e social. A convergência de prioridades, apesar de especificidades de diferentes sistemas, destacando ACI, OCB-SESCOOP, Ocergs-Sescoop/RS, Unicafe, Unisol, Confederação Cresol e outros organismos de representação, indicam perspectivas para consolidar, qualificar e gerar sustentabilidade ao cooperativismo e aportes positivos para o desenvolvimento de seus membros e da sociedade.

3.3 Proposições estratégicas para o fortalecimento prioridades do cooperativismo em suas diferentes expressões de organização

A partir do mapeamento das prioridades do cooperativismo, através de seus órgãos de apresentação e seus instrumentos de gestão e publicação, os fundamentos conceituais e teóricos referenciados e gerados no âmbito do projeto de pesquisa, que estuda as organizações cooperativas, direcionados ao fortalecimento, sustentabilidade e inovação do cooperativismo e suas contribuições para o desenvolvimento, são produzidos elementos de análise e que possibilitam formular e propor um conjunto de prioridades estratégicas para o cooperativismo. Estas proposições visando contribuir com o desenvolvimento do cooperativismo, sua sustentabilidade futura e ampliando seus aportes aos processos de desenvolvimento humano e territorial.

São produzidas e relacionadas as seguintes proposições:

- a. Promover a modernização e inovação contínua do sistema cooperativo, desenvolvendo e incorporando novas práticas de gestão, de governança cooperativa e corporativa, visando a autogestão e o autocontrole, fortalecendo a transparência e sustentabilidade futura.
- b. Planejamento e gestão estratégica no sistema cooperativo, contemplando cooperativas singulares, centrais, federações e demais mecanismos de re-

apresentação, delimitando novo posicionamento e articulação estratégica do cooperativismo frente aos desafios, mudanças e inovações na sociedade no Brasil e no Mundo.

- c. Ampliar o fortalecer estratégias e práticas de participação dos associados nas cooperativas, contemplando mulheres e jovens, promovendo sistemas sucessórios com segurança e transparência.
- d. Promover a educação cooperativa através de crescentes investimentos na capacitação e qualificação de seus quadros diretivos, associados, colaboradores e demais parceiros de negócios cooperativos.
- e. Promover a crescente intercooperação (horizontal, vertical e transversal), fortalecendo práticas já existentes, ampliando nos demais segmentos, como agropecuário e outros.
- f. Promover através da intercooperação a agregação de valor e verticalização na cadeia produtiva (agroindustrialização), aproximando mercados produtores, com consumidores, integrados com demais segmentos.
- g. Através da intercooperação, promover alianças estratégicas nacionais e internacionais, acompanhadas estrategicamente de fusões e incorporações cooperativas visando qualificar, racionalizar e otimizar estruturas tecnológicas de apoio.
- h. Estímulo ao empreendedorismo cooperativo com investimentos em inovação cooperativa, tanto em suas novas relações produtivas e de mercados, quanto na arquitetura organizacional.
- i. Empoderamento e maior integração nas estruturas de organização e representação dos sistemas cooperativas, visando potencializar a defesa dos interesse e peculiaridades do cooperativismo, destacando atualizações no marco legal e regulatório, proposições para as políticas públicas de desenvolvimento, a qualidade de vida, alimentos saudáveis e a sustentabilidade da vida alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS/ONU.
- j. Ampliar as estratégias de inserção cooperativa na sociedade, de responsabilidade social e interesse pela comunidade, potencializando a penetração do cooperativismo em novos segmentos e ampliando a sua participação nacional e internacional.

Estas proposições formuladas e propostas resultam da análise e combinação atual e recente do cooperativismo. A combinação destas prioridades estratégicas, com a contínua revisão e atualização, lideradas por gestores qualificados e capacitados, sustentados por políticas organizações e de governança, e com a participação de quadros associativos, diretivos e contratados capacitados e convergentes, estarão

produzindo um ambiente favorável a transparência, a governança cooperativa e corporativa que estará agregando fatores decisivos para o fortalecimento do cooperativismo e sua sustentabilidade futura.

Para a efetividade e concretude da implementação destas prioridades, estaca-se a importância de entender as diversas relações envolvidas, como destaca Büttenbender (2014), através do constructo de governança cooperativa e territorial para o desenvolvimento. Requer entender e reconhecer o cooperativismo, com um sistema inserido na sociedade e assim também é impactado positiva e/ou negativamente pelas demais relações sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e de governança da própria sociedade. O cooperativismo visto com um sistema sujeito, protagonista, na promoção dos processos de desenvolvimento e a geração da inclusão, mas também como ente impactado por todas as transformações e dinâmicas da sociedade. Com este visão estará atuando convergente a sua missão de contribuir e gerar o desenvolvimento econômico e social dos seus membros e da sociedade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fundamentos do cooperativismo, da administração, da governança cooperativa e do desenvolvimento passam por entender as ciências, a sociedade e os seus fenômenos e processos de mudanças. Portanto, no âmbito da pesquisa explorar estes temas, combinados com a incursão participante no próprio sistema empírico do cooperativismo, oportuniza diagnosticar, entender, analisar e sistematizar contribuições e proposições consideradas fundamentais para o fortalecimento, ampliação e sustentabilidade futura do cooperativismo e os seus fins.

Os objetivos propostos em singular para este artigo, e os do projeto de pesquisa para esta etapa, foram atingidos. O diagnóstico, mapeamento, sistematização e análise dos dados, geraram o aprimoramento de conhecimentos e a capacidade da pesquisa de contribuir com o desenvolvimento das ciências, e pela popularização de resultados de ciência e tecnologia e integração com o ensino e a extensão, de promover o aprimoramento contínuo da sociedade. A sistematização e publicação destes resultados, em especial no âmbito do cooperativismo, poderão contribuir com o aprimoramento contínuo, a inovação e a qualificação das práticas do cooperativismo, do seu fortalecimento, e agregação de valor aos seus membros e a sociedade.

Os intensos investimentos que vem sendo realizados pelo cooperativismo na educação cooperativa e capacitação de quadros de gestão, destacando inclusive as parcerias com as Universidades, convergem com as perspectivas de positivas de fortalecimento do cooperativismo. Isto se confirma nos laços de cooperação

do sistema cooperativo com a Unijuí, no âmbito do ensino, graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão. Os processos de educação cooperativo, de gestão e governança abrangendo os quadros diretivos, associativos e funcionais, abrangendo a crescente participação de mulheres e de jovens nas organizações cooperativas, inclusive em quadros de liderança, resultam no rejuvenescimento do sistema, expresso tanto pela agregação de novas lideranças quanto pela qualificação e capacitação de lideranças atuais.

Portanto, a partir destas problematizações, geram-se novas questões de estudo. Estas a serem explorados na continuação deste projeto, e articulado com outros projetos e estudos de graduação e pós-graduação. Como se darão os mecanismos de acompanhamento e os indicadores de desempenho resultantes da implementação deste conjunto de prioridades. A efetividade passa pela incorporação de indicadores e implementação e de resultados gerados para cada uma das prioridades elencadas, conforme segue: a ampliação e empoderamento das cooperativas na regiões, estados e país; investimentos na qualificação dos seus quadros diretivos, associativo e funcional; modernizando os seus mecanismos de gestão e governança, garantindo transparência e sustentabilidade ao sistema; a intercooperação (intra e inter sistemas), ampliando a sua atuação e capacidade de investimento em novas áreas e a promoção da inovação; integração na cadeia produtiva, aproximando produtores de alimentos com consumidores de alimentos mais saudáveis; promoção da inovação em processos, produtos e sistemas; a renovação do marco legal do cooperativismo e suas interfaces com o mercado; a ampliação de alianças internacionais, ampliando seus níveis de autonomia frente as instabilidades internas; e aprimoramento e ampliação dos mecanismos de integração e de comunicação intra-sistema e com os territórios, países e comunidades onde estão inseridos.

Com esta combinação de fatores e a sua própria natureza enquanto organizações constituídas por pessoas, as cooperativas assumem uma dinâmica de crescimento e de fortalecimento em processos de desenvolvimento harmônico e mais equilibrado da sociedade. E nos ambientes de crise, fazendo dela uma de suas oportunidades, o cooperativismo confirma a sua missão maior de promover o desenvolvimento econômico e social dos seus membros e da sociedade.

REFERÊNCIAS

ACI – Américas. **Declaración Final V Cumbre Cooperativa de las Américas El Cooperativismo en la hora de los desafíos globales**. Buenos Aires, AR. 1.12.2018. <http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/declaracionvcumbre.pdf> Acessado: 12.03.2019.

ACI. **World Cooperative Monitor 2018**. Aliança Cooperativa Internacional. <https://monitor.coop/en>

Acessado em 01.05.2019.

ALVAREZ, Juan F. e Outros. **Anuario Iberoamericano de la Economía Social**. N°3-2018. www.oibescoop.org. CIRIEC-España, Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa. Valencia, ES. 2018.

BRASIL. **Define a Política Nacional de Cooperativismo**, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm Acessado em 01.05.2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 1988. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Governança**. In: Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos. Porto Alegre RS: Ed. Conceito, 2017.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Gestão de Cooperativas**. Fundamentos, Estudos e Práticas. Ijuí/RS. Ed. Unijuí, 2011.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento**. Porto Alegre/RS : Editora SESCOOP/RS, 2010a.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Arranjos institucionais, Cooperação e Desenvolvimento**. Redes econômicas, tecnológicas e sociais, sementes do desenvolvimento e agregação de valor. Ijuí/RS : Unijuí, 2010b.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Integração do Associativismo**. Cadernos Cedope Unisinos, Ano 06. nº 12, Editora UNISINOS, São Leopoldo. 1994.

BÜTTENBENDER, Pedro L.; NICKEL, Karin e outros. **Estruturas de governança corporativa em cooperativas e repercussões no âmbito territorial: o caso de uma cooperativa de crédito**. In: Anais VIII SIDR, 2017, Santa Cruz do Sul. UNISC, 2017a.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís e Outros. **As organizações cooperativas e diferentes aportes ao desenvolvimento regional e territorial**. Regiões com ativa atuação de cooperativas são territórios mais desenvolvidos In: Anais III Encuentro Internacional de Investigadores. 22 a 24.06.2017. UNAE-CONACIT. Encarnación Py: Universidad Autónoma de Encarnación, 2017.

BÜTTENBENDER, Pedro L; ROTTA, Edeimar; HOFER, Cláudio E. **O cooperativismo inserido na evolução e no desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste**. In: Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento. Porto Alegre, RS: Editora SESCOOP, 2010.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; MAGRI, C. A. **Fundamentos do Cooperativismo: Evolução, Histórico e Perspectivas**. Francisco Beltrão, PR : Grafisul, 2018.

CNES. **Conselho Nacional de Economia Solidária**. 1º Plano Nacional De Economia Solidária (2015-2019). Brasília/DF. 2015. http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf Acessado em 22.12.2018.

CRESOL. **O maior sistema de cooperativas de crédito rural solidário do Brasil** <https://www.cresol.com.br/site/conheca-a-cresol/> acessado em 01.05.2019

IICA. **Cooperação técnica é chave para o desenvolvimento sustentável do cooperativismo das Américas**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. <http://www.iica.int/es> Acessado em 01.05.2019.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MASY, Rafael Carbonell de. **Estrategia de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609-1767)**. Barcelona. Instituto de Cooperación Iberoamericana E.A. Bosch. 1992.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Organização das Cooperativas Brasileiras. Brasília/DF. 2019a.

OCB. **Diretrizes do XIV Congresso Brasileiro de Cooperativismo**. Organização das Cooperativas Brasileiras. 8 a 10.05.2019. Brasília./DF. 2019b.

OCERGS-SESCOOP/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho**. Porto Alegre/RS. Ed. Sescoop. 2019.

OCERGS-SESCOOP/RS. **Relatório do 18º Seminário Gaúcho de Cooperativismo**. Bento Gonçalves. 8 e 9.11.2019. Sescoop/RS. 2018.

SCHMIDT, Derli e PERIUS, Vergílio. **Cooperativismo e Cooperativa**. In: CATTANI, Antonio David et al. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003 p. 63-71.

SCHNEIDER, José O. **Identidade Cooperativa**. Porto Alegre/RS. Editora Sescoop. 2019.

SCHNEIDER, José O. **Democracia, participação e Autonomia Cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

UNICAFES Nacional. **Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL)**. Modelo de Gestão do cooperativismo solidário – Participação e controle social. Sescoop/Unicafes, Brasília/DF, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363

Amizade íntima 294, 298, 299, 300

Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355

Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308

Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344

Artesanato 322, 323, 324, 326, 327

Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309

Austeridade fiscal 147, 148, 155

B

Bibliometria 48

Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265

Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259

Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364

Conflitos socioambientais rurais 302, 303

Conservação ambiental 172

Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344

Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58

Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192

Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367

Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363

Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345

Cultura Política 203, 260

Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363
Grupos vulneráveis 148, 149, 151
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259
Imigração na União Europeia 100
impacto socioambiental 215, 225
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70
Interseccionalidade 72, 79, 82

J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

L

Legislación 181, 183
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227
Licitações públicas sustentáveis 172, 176
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

N

Nutrição 147, 148, 347

P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353

 **Atena**
Editora

2 0 2 0